

“Criança Calçada, Criança Sadia!”

Sobre os uniformes escolares no período
de expansão da escola pública paulista (1950/1970)

“Footwear Children, Healthy Children!”

*About school uniforms in the boom of paulista
public school (1950/1970)*

[resumo] Procura-se contribuir para a compreensão dos modos pelos quais os uniformes escolares eram retratados pela imprensa educacional, seja mediante artigos assinados por autores prestigiados no campo, seja pelas propagandas que intercalavam os textos em questão. Pretende-se ainda examinar a percepção dos alunos acerca dos uniformes escolares por meio do estudo do jornal escolar e das prescrições relacionadas ao uso deste vestuário nos manuais pedagógicos utilizados nos cursos normais. Além disso, a legislação educacional complementa a análise. O período estudado compreende a época de expansão da escola pública no estado de São Paulo, quando as oportunidades de educação pública passaram a estender-se a significativas parcelas da população que antes estavam à margem deste processo. Esta pesquisa identifica como a obrigatoriedade material de uso dos uniformes escolares acompanhou a oferta de vagas à população mais carente de recursos.

[74]

[palavras-chave]

uniformes escolares; cultura escolar;
história da educação; história do vestuário.

[abstract] This study searches to contribute for understanding manners which school uniforms were portrayed by educational press, however for subscribed articles by prestigious authors of subject, however by leaflets with intercalated the texts. It still intends again looks over the students' perception about school uniforms through the school newspaper study and prescription related for use these clothing in the educational handbook used in normal courses. Moreover, the educational effective legislation concludes analysis. The studied period consists in the expansion of public school in the state of São Paulo, when opportunities of public education extended to greater parts of population who were aside of this process. This research identifies how the obligation of wearing school uniforms follows the offer of application of the poorest population in the school system.

[Key words] school uniforms; school culture; history of the education; history of clothes.

[KATIENE NOGUEIRA DA SILVA]

Formada em Pedagogia, mestre e doutoranda em História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob a orientação da professora doutora Denice Barbara Catani.

E-mail: katiene@usp.br

Sobre a História do Vestuário e a História da Educação

Como se formaram ao longo da história do vestuário os conceitos e os significados que exerceram influência sobre os uniformes escolares? A pergunta considera o fato de os uniformes escolares não terem recebido muita atenção nos livros produzidos na área educacional, como o caso dos manuais pedagógicos, que tratavam das roupas dos alunos apenas sob a égide da prescrição, sem deter-se nos significados dos modelos, e até mesmo na obrigatoriedade do uso. Dessa forma, considerou-se importante examinar os discursos produzidos por aqueles que investigaram a história do vestuário para tentar identificar as configurações que delinearam as tendências na área da moda e influenciaram a composição dos uniformes escolares, assim como os significados das cores e dos modelos empregados nessas roupas.

A moda sendo tratada como objeto de estudo é vista com legitimidade há pouco tempo. Por exemplo, a tese de doutorado de Gilda de Mello e Souza, intitulada *A moda no século XIX*, defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1950, é considerada uma das pesquisas pioneiras acerca do tema. Segundo Pierre Bourdieu (1999), a hierarquia dos objetos legítimos ou indignos de serem estudados é uma das mediações por meio das quais é imposta a censura específica de um campo determinado. A respeito desta questão, Bourdieu afirma:

a definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso. (1999, p. 35)

A moda é um desses casos. Julgada por sua suposta futilidade, foi considerada indigna de merecer uma abordagem científica. Segundo o autor, o campo dos objetos de pesquisa tende a se organizar segundo duas dimensões independentes: o grau de legitimidade e o grau de prestígio. A oposição entre as duas dimensões é fruto da aplicação de critérios dominantes "que determina graus de excelência no interior do universo das práticas legítimas" (Bourdieu, 1999, p. 36). A estrutura do campo é um "estado" da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na distribuição do capital específico acumulado. O capital específico vale em relação a um certo campo, não se aplicando a outros. A propósito disso, Bourdieu cita o caso de Pierre Cardin, estilista consagrado na alta costura que tentou adentrar outro campo, o campo da arte, e não conseguiu ser reconhecido em um campo considerado "estruturalmente mais legítimo". A análise científica da moda, por exemplo, aplicação "herética" de um método legítimo, procura atrair prestígio a "objetos condenados pelos guardiões da ortodoxia que estão predispostos pela atenção que recebem nas fronteiras do campo intelectual e do campo artístico (Bourdieu, 1999, p. 37).

O estudo de objetos considerados menos "dignos" faz com que o pesquisador realize um trabalho inserido em uma fronteira: aplicar-se-á um método considerado legítimo para a análise de um objeto tido como ilegítimo. O presente estudo acerca dos uniformes escolares, por exemplo, recorre à moda para identificar alguns significados e transformações presentes no traje, mas também à história da educação, para trabalhar com este objeto de estudo como uma prática escolar que apresenta continuidades e rupturas ao longo do tempo, fazendo parte da cultura escolar.

"Decentemente trajados e com asseio": os modelos dos uniformes escolares entre as décadas de 1950 e 1970

No exame da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* foi possível encontrar, em artigo de Djacir Menezes, intitulado "Sumário histórico da educação no estado do Ceará", publicado em 1944, o primeiro registro acerca dos uniformes escolares. Nesse artigo, o autor faz um resumo histórico da educação no Estado do Ceará, desde a época da colonização até a época em que Lourenço Filho iniciou um movimento de renovação pedagógica na região nordeste do país, em 1922. Com o objetivo de fazer com que a escola viesse a receber os alunos mais pobres, a legislação federal de 1836, relacionada ao ensino, estabeleceu o seguinte:

Art. 8º – As Câmaras municipais orçarão a despesa anual que for necessária para suprir com penas, papel, canetas e dois uniformes de cor àqueles alunos, que seus pais não os possam suprir, por sua reconhecida pobreza, verificando-se por informação dos professores e párocos. As despesas sobreditas se farão pelos rendimentos das respectivas câmaras, ou pelo cofre provincial, quando aquelas não chegarem. (apud Menezes, 1944, p. 365)

A partir desta informação é possível perceber que mesmo no período imperial, antes do surgimento da escola de massas, quando a instituição escolar no Brasil consistia em escolas de primeiras letras, já era usado o termo "uniforme". E este estava associado à questão do acesso à escola. Informações aparentemente secundárias, como esta, encontrada no artigo de Djacir Menezes, acabam por inserir esta pesquisa em um estudo dos vestígios, seguindo os passos do tipo de trabalho realizado por Carlo Ginzburg (1996) acerca da vida do moleiro Menocchio. O mesmo procedimento foi realizado durante toda a investigação: trabalhou-se com informações que não estavam evidentes e que quase sempre não foram documentadas com exclusi-

vidade, mas, sim, como complemento de outro tema principal.

Durante a ditadura do período conhecido como Estado Novo (1937-1945), os alunos, em alguns momentos, eram comparados aos soldados. O governo exigia a presença das crianças nas paradas escolares e nos festejos públicos. Elas eram levadas a marchar, a imprimir o aspecto marcial e a carregar flâmulas como se fizessem parte de um exército. A obrigatoriedade de levar os alunos aos desfiles cívicos e exaltar os símbolos pátrios como as flâmulas, a bandeira e o hino nacional durante o Estado Novo evidenciava a necessidade de garantir a defesa da soberania nacional, fortalecendo a identidade do país, enfraquecida pelo processo de miscigenação que constituía a maior parte da população. As cores estampadas nos uniformes escolares também procuravam garantir esse propósito. A *Lei Orgânica do Ensino Secundário*, publicada em 1955, definiu, no capítulo V, intitulado "Das cores nacionais", o seguinte:

Artigo 30 – Consideram-se as cores nacionais o verde e o amarelo. Artigo 31 – Para ornamentação geral, nos casos que não seja permitido o uso da Bandeira Nacional, poderão ser empregadas, em galhardetes, em flâmulas, as cores nacionais, inclusive o azul e o branco. (p. 49)

A partir do estudo acerca da legislação educacional vigente foi possível perceber quais eram as normas regulamentares quanto aos modelos e as cores dos uniformes escolares. O *Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (Ato nº 21 da Direção Geral da Secretaria dos Negócios da Educação de 10 de março de 1949) definiu que era dever do aluno apresentar-se decentemente trajado e com asseio e usar, quando adotados, os uniformes para as aulas comuns e para as aulas de educação física, e estabeleceu que os modelos adotados para a seção feminina consistiam em blusa branca e saia azul marinho, confeccionados em tecido segundo modelos escolhidos por uma comissão nomeada pelo diretor e da qual

participavam representantes do corpo discente e do corpo docente. Para a seção masculina dos cursos ginasiais, os uniformes deveriam consistir em camisa e bermuda ou calça confeccionados com brim cáqui, segundo modelo escolhido da mesma forma que o anterior. No ano seguinte, 1950, o *Regimento Interno dos Ginásios e Colégios Estaduais* (Ato nº 10 da Direção Geral da Secretaria dos Negócios da Educação de 27 de janeiro de 1950) definiu que os uniformes adotados teriam em vista o clima, a economia e a distinção do traje escolar. No Estado de São Paulo, o azul e o branco utilizados na confecção dos uniformes escolares femininos, fazendo parte das cores nacionais, reforçavam a identidade nacional, manifestada no interior do espaço escolar. O cáqui utilizado nos uniformes masculinos trouxe ao traje o caráter "heróico-militar". Segundo Françoise Vincent-Ricard (1989), no período entre guerras, o estilista Marcel Boussac lançou o "tecido de avião", pressentindo que chegara a vez do mercado de massa. Este era um tecido de linho, tipo de lona leve, cáqui, muito usado para revestir as armações de madeira dos aviões antigos entre 1908 e 1930. Boussac comprou os excedentes de guerra para a confecção de roupas masculinas.

A expressão da identidade nacional e o caráter heróico-militar estavam estampados nas roupas que os alunos vestiam nas escolas estaduais paulistas, seja no interior do espaço escolar, seja nas ruas, onde os uniformes também assumiam a função de controle sobre os alunos, pelo fato de esses estarem sujeitos à autoridade do diretor e dos professores, onde quer que estivessem, quando uniformizados, como foi expresso no *Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo* (Decreto nº 39.334 de 10 de novembro de 1961). O uso dos uniformes escolares vinculava disciplinarmente, mesmo fora do estabelecimento, os alunos aos dispositivos regimentais da instituição.

Nos anos 1950, foi comum observar, nas fotografias encontradas na *Revista do Professor (RP)*, meninos e meninas, nos jardins de infância, vestidos com um traje tipo marinheiro, que fazia uso das

cores azul marinho e branco. Quando os meninos do jardim da infância usavam traje tipo marinheiro, as meninas freqüentemente apareciam trajando um vestido em cor clara, na altura dos joelhos, de gola arredondada, que poderia ter manga curta ou comprida. É comum vê-las usando um laço de fita bem grande no alto da cabeça; o acessório tinha a mesma cor da roupa. No ensino primário, os meninos vestiam calças curtas ou bermudas num tom bege escuro ou cáqui, o tom era o mesmo do paletó, que podia ter mangas curtas ou compridas, assim como a camisa de botão, branca e com um colarinho bem avantajado. Foi comum observar nas imagens as crianças usando gravata, mesmo as menores, e tal acessório aparecia de duas formas (sempre num tom escuro, para se destacar no vestuário): ou era comprida, como a dos adultos, ou era do tipo laçarote. Também foi encontrado, mas não com grande freqüência, o suspensório fazendo parte do traje infantil. De acordo com Philippe Ariès (1986), o gosto pelo traje tipo marinheiro surgiu quando os Estados Unidos definiram a vestimenta que as tropas da Marinha de Guerra teriam de usar:

a silhueta agradou, e os adultos passaram a vestir seus meninos com um traje inspirado no uniforme militar ou naval: assim se criou o pequeno marinheiro que persistiu do fim do século XVIII até os nossos dias. (p. 80)

Nos anos de 1960, foi mais comum encontrar garotos usando bermudas ou calças, e não mais as calças curtas. O traje tipo marinheiro também ganhou calças compridas.

Os uniformes utilizados nas aulas de educação física sofreram uma transformação nos anos de 1950, quando houve a introdução da camiseta, do *short* curto e tênis, que passaram a ser usados por garotas para a prática de exercícios físicos e esportes. O uniforme esportivo feminino passou a contar com o calção bombacha, era um *short* mais largo e franzido, que não marcava o corpo. A partir de 1960, os uniformes escolares começaram a apresentar um aspecto menos formal. As mangas das camisas das normalistas já eram mais

curtas e ganharam um bolso, normalmente afixado do lado esquerdo do peito. As meias tipo soquete substituíram as meias esticadas até o joelho. Até os anos de 1960, os tecidos usados para a confecção industrial possuíam geralmente tons neutros de cinza, azul marinho e bege – cores estas usadas para compor uniformes, não só escolares, mas também profissionais. Os anos 1960 são revolucionários para a moda, devido a uma nova geração, que nasceu no período do pós-guerra. Os jovens passaram a ver na moda, por meio da mídia, que se expandia, uma forma de expressar seus próprios desejos. A expressão mais marcante desse fenômeno é o advento do jeans, que acabou por se tornar um símbolo de conforto. Nos anos 1970, o uniforme escolar conheceu a praticidade das camisetas de malha, das calças jeans e dos tênis. Tais elementos acabaram por tornar o traje mais despojado e mais acessível às camadas mais populares.

"Criança Calçada, Criança Sadia!": os uniformes escolares e a questão do acesso à escola

Ao tornar obrigatório o uso dos uniformes escolares nas instituições de ensino paulistas, o Estado pretendia obrigar as famílias a levar as crianças para a escola trajadas de forma "decente", e, ainda economizar, pois um único tipo de roupa visava conter os gastos com uma variedade de peças. A escola, por meio organização estética de seus alunos, caminhava por firmar-se como instituição disciplinar, assim como um exército legitima a sua autoridade. Os uniformes também constituíam uma forma de identificar as crianças que estavam freqüentando a escola e exercer domínio sobre elas, e, onde quer que se encontrassem, vestindo o traje escolar, as crianças estavam obrigadas a obedecer às regras e às autoridades escolares.

Anísio Teixeira, ao escrever o artigo "Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras", publicado na *RBEF*, em 1962, enfatizava discurso que condenava as exigências materiais feitas pela escola como fator de impedimento ao acesso à mesma pela população mais pobre do país. A propósito dessa questão, o autor afirmou:

Não era só a roupa, e sapato, que afastavam o povo da escola, mas o próprio tipo de educação que ministrávamos e de que 'não podia' aproveitar-se, em virtude da penúria do seu ambiente cultural doméstico. (Teixeira, 1962, p. 68)

O discurso que aclamava a prática do uso dos uniformes escolares como motivo de economia, e daí também a sua obrigatoriedade para os alunos, não parecia real. A obrigatoriedade do uso deste traje consistia num empecilho para o acesso das crianças à escola, impedindo inclusive as crianças que não podiam comprar os uniformes de freqüentá-la. Assim, somente estudavam os alunos da classe média, que tinham condições de custear as roupas e os sapatos exigidos.

Por mais que houvesse as Caixas Escolares, instituições que auxiliavam a escola e destinadas a oferecer material escolar, roupas e sapatos àqueles que não tivessem condições de comprá-los, seus recursos eram insuficientes para amparar todos os necessitados, e havia uma seleção para amparar alguns dos muitos que necessitavam de auxílio material. A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 1961, garantiu que a educação é um direito de todos sob a observância de garantias como o fornecimento de alimentação, material escolar e vestuário para aqueles que provassem falta ou insuficiência de recursos. O uso dos uniformes escolares não realizava suas intenções, não igualava os ricos e os pobres. As escolas públicas exigiam o uso dos uniformes escolares e recebiam somente as crianças cujas famílias podiam pagá-los, ou seja, ricas ou de "classe média", que conseguiam adquirir o traje, ao passo que os pobres ficavam em escolas rurais ou fora da escola. Em todo o traje escolar, a peça que custava mais caro era o sapato. Principalmente nos início dos anos 1930. O sapato era algo muito raro, a população rural nem estava habituada a usá-lo, poucos lugares o fabricavam no Brasil. Com o passar dos anos, ele passou a ser fabricado no país e aí difundido entre a população em geral. No exame da *Revista do Professor*, foi possível encontrar propagandas da São Paulo Alpargatas S. A. que, a partir

de um discurso baseado na economia e na saúde da população, visava universalizar o uso de calçados entre os escolares do estado de São Paulo. Em 1958, foi lançada a campanha da fábrica São Paulo Alpargatas S. A., cujo *slogan* era a frase "Criança Calçada, Criança Sadia!". O movimento tinha por objetivo difundir o uso de calçados, principalmente entre as populações rurais e suburbanas. Com esse intuito, foram distribuídos aos estabelecimentos de ensino cerca de 20.000 cartazes e 500.000 folhetos explicativos. Um filme sobre o mesmo tema foi exibido em 200 cidades do interior. Desde então, foram criados calçados feitos de lona e material sintético, bem mais baratos que o couro, tradicionalmente usado na confecção de calçados. Estes calçados, com a marca Alpargatas, foram: Conga, Sete-Vidas e Conga Esporte.

No exemplar da *Revista do Professor* de nº 41, de 1958, há um artigo assinado por Luiz Gonzaga Horta Lisboa, que traz o desenho de um garoto uniformizado e usando o calçado "Sete-Vidas", com uma expressão bastante feliz, ao lado do seguinte título: "*Criança Calçada, Criança Sadia!*". Neste texto, é evidenciado que a referida fábrica estava prestando um relevante serviço para a melhoria do padrão de vida da população. Segundo Lisboa, "naquele templo de trabalho há, pairando sobre tudo, um espírito idealístico, que pretende não só produzir, mas, também, fazer algo de útil à nossa sociedade" (*Revista do Professor*, nº 41, set. 1958, ano XVI, p. 17). O artigo relatou ainda o princípio mercantil que norteava a empresa: "fabricação de massa em produtos populares e de boa qualidade a preços acessíveis". Fundada em São Paulo em 1907, a empresa fabricava lona para cobrir cargas de caminhão e colheitas agrícolas, eram os "Encerados Locomotiva" e o tecido "Brim Coringa", destinado à fabricação de uniformes profissionais.

"Sete-vidas" foi o primeiro calçado produzido pela Alpargatas. No ano de 1959 foi localizada a primeira propaganda do produto na *Revista do Professor*, que, ao todo, foi veiculada cinco vezes no periódico entre os anos de 1959 e 1960. O sapato não possuía cadarço, era fabricado em um sistema de moldagem e pos-

suía sola de borracha, tinha o aspecto de uma sapatilha. "Sete-Vidas" era divulgado como a solução para o "problema da criança que não pode ir à escola". Seu anúncio sugeria ao professor que recomendasse o calçado aos alunos. No ano de 1960, no exemplar de nº 57, seu anúncio evidenciava as seguintes vantagens: "Em paradas, ou uso diário, Sete-Vidas uniformiza os pés da classe, sem que isso represente despesa maior! Ótimo para uso diário! Ideal para longas caminhadas, festas, excursões à praia, ao campo, ou visitas de estudo!" (*Revista do Professor*, nº 57, Ago./Set. 1960, ano XVIII, contra-capá).

Em 1959, a propaganda do tênis "Conga" começa a ser veiculada no periódico. Entre os anos de 1959 e 1960, o anúncio foi veiculado três vezes na revista. O "Conga" era um tênis feito de lona, com cadarço, sola inteira, sem cola e "vulcanizada" no próprio tecido. Ele era vendido nas cores branco, azul e "havana", um tipo de bege escuro. A propaganda revelava que os tênis eram, pouco a pouco, utilizados pelos alunos não só para praticar esportes e participar de desfiles, como também para ir à escola. Mas havia um problema: "A sola fraca, a armação insegura, tudo contribuía para que em poucos dias o sapato perdesse a forma – se desmanchasse nos pés das crianças" (*Revista do Professor*, nº 48, out./nov. 1959, p. 43). A solução para o problema da má qualidade dos tênis seria o "Conga", cujo *slogan* era "a sola que não descola".

Finalmente, no ano de 1960, foi lançado o terceiro calçado da marca Alpargatas: o "Conga Esporte", cujo *slogan* publicitário era "o novo calçado feito para durar". Seu anúncio foi veiculado cinco vezes na *Revista do Professor* entre os anos de 1960 e 1961. Produzido da mesma forma e apresentando o mesmo formato que o "Conga", o "Conga Esporte" pretendia ser mais resistente porque era confeccionado com lona dupla e biqueira "reforçada". As propagandas encontradas na *Revista do Professor* realçavam as vantagens principais dos calçados da Alpargatas: durabilidade, conforto e praticidade; com um único tipo de calçado, as crianças poderiam ir à escola, praticar exercícios físicos e participar de desfiles. O período de lan-

çamento da referida campanha coincide com a expansão do ensino público paulista. A fábrica São Paulo Alpargatas S. A., reverenciada como um "templo de trabalho (...) que pretende não só produzir, mas, também, fazer algo de útil à nossa sociedade" (*Revista do Professor*, nº 41, set. 1958, ano XVI, p. 17) produzia, além de calçados, tecidos, que também eram usados para a fabricação de uniformes, entre eles o jeans "USTop", lançado nos anos de 1970. O empenho em difundir a campanha nas escolas paulistas não significava apenas fazer um "*bem à sociedade*", mas conquistar mercado e expandir negócios. A campanha de fato foi um sucesso, e as famílias conseguiam pagar pelos calçados, o que se evidenciou pela popularidade que alcançaram, principalmente o tênis "Conga". A estratégia de marketing de que fez uso a São Paulo Alpargatas S. A. também foi decisiva: utilizar uma revista destinada aos professores. Ao informá-los sobre as qualidades do produto e evidenciar a satisfação que seria para o professor ver todos os seus alunos uniformizados, e calçados, a campanha conseguia um forte defensor que trataria de reproduzi-la no interior da escola. O tênis "Conga" existe até os dias de hoje, passados quase 50 anos de seu lançamento.

Se a escola particular enxerga no uniforme um meio de fazer propaganda, criando uma espécie de grife, na qual os alunos estampam em seus corpos o nome da instituição que freqüentam, a escola pública apresenta outra realidade. Ao analisarmos a questão pela perspectiva social: ambos utilizam-se de um objeto que impõe ordem ao espaço escolar e ao corpo dos alunos, traço da disciplina como afirma Michel Foucault (1994), em *Vigiar e punir*, que é

uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna o mais obediente quanto é mais útil e inversamente. (p. 127)

O desejo de impor ordem ao espaço escolar reflete a vontade de se ordenar a sociedade como um todo, rumo ao

progresso. Na Primeira República, supunha-se que a causa de todas as crises do país vinha da ignorância do povo e do analfabetismo. Com isso, a educação passou a ser apresentada como o grande pilar da organização social. De acordo com Marta Carvalho (1997), havia todo um discurso que atribuía o mau desenvolvimento do país ao povo, considerado mal-organizado, sujo, e ignorante, por isso foi dada tanta ênfase aos cuidados com a higiene e o corpo. Logo, a educação sanitária tem um enorme valor, e a escola, conseqüentemente, é o meio propício por excelência para a manutenção e o revigoramento da saúde. A disciplina entra em funcionamento muito cedo na escola, e como este é um lugar que impõe ordem e abriga a juventude, o futuro da nação, é a melhor instituição para se começar a mudar a mentalidade de um país. O uniforme parecia fazer parte desta mudança, a legislação vigente prescrevia que este deveria estar sempre limpo e asseado. Além de manter o aluno com um aspecto de limpeza, o uniforme também era uma forma de controlar o tipo de roupa que haveria de ser usada. Este parece ser um acessório que contribuiu para ordenar as crianças no espaço escolar: os uniformes se prestam a homogeneizá-los, mascarando as diferenças e condições sociais de cada um, por meio de um único tipo de roupa, usada o ano todo.

O período de expansão da escola pública paulista no final dos anos 1960 conheceu uma clientela nova, cuja origem social e econômica era mais humilde que a anterior. Tal origem se evidencia não só no capital cultural que as crianças e os jovens passaram a apresentar, mas também por meio de suas roupas. Os uniformes escolares perderam o seu caráter formal e a sua distinção e ganharam novos tecidos e contornos que se adequaram aos seus novos proprietários. Mudaram os personagens, mudaram as fantasias. No entanto, os trajés dos alunos ainda desempenharam uma função niveladora importante, caso contrário teriam sido abolidos da escola no período de sua expansão. Porém, por melhor que sejam as suas intenções, tratava-se apenas de um disfarce que o passar do tempo e a convivência apagaram.

Da mesma forma que a roupa padrão dos escolares, a moda na sociedade democrática, teoricamente, oferece a todos as mesmas oportunidades, mas

essa mesma democracia que não estabelece barreiras nítidas entre as classes inventa um novo suplício de Tântalo: permite que as elites usufruam uma moda que a classe média persegue sem jamais alcançar e que os pequenos funcionários e todos os párias sociais espiam nas vitrinas com o olhar sequioso. (Souza, 1993, p. 141)

Os uniformes escolares também eram considerados como elementos que contribuíam com a economia dos alunos, por dispensar o uso de outras roupas, e, teoricamente, a Caixa Escolar fornecia tal

roupa para quem não pudesse comprar. No entanto, essa instituição não satisfazia a necessidade de todos, havia uma seleção e apenas alguns conseguiam os benefícios. Portanto, ao invés de democratizar o acesso à escola, a obrigatoriedade do uso dos uniformes pareceu promover a exclusão das crianças mais carentes. Mas não foi apenas a exigência dos uniformes, foi também a exigência dos sapatos, do material escolar e do transporte. Desta forma, a obrigatoriedade de tal traje parece significar um empecilho ao acesso democrático à escola. Tentando apagar por meio das roupas as diferenças que estavam na origem social de cada um, os uniformes escolares acabaram constituindo mais uma barreira, desta vez material, além da barreira cultural e daquelas erguidas pelo preconceito e pela distinção social, que tornaram mais difícil a permanência dos

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 69-81.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*, 1955.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. (1997). "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: FREITAS, M. C. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 269-288.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 125-199.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MENEZES, Djacir. Sumário histórico da educação no estado do Ceará. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, nº 6, dez. 1944. p. 365.
- SÃO PAULO. Ato nº 21 da Direção Geral da Secretaria dos Negócios da Educação, 10 de março de 1949, dispõe sobre o *Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado*.
- SÃO PAULO. Ato nº 10 da Direção Geral da Secretaria dos Negócios da Educação, 27 de janeiro de 1950, dispõe sobre o *Regimento Interno dos Ginásios e Colégios Estaduais*.
- SÃO PAULO. Decreto nº 39.334, de 10 de novembro de 1961, dispõe sobre o *Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo*.
- SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: A moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TEIXEIRA, A. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro/Brasília, nº 86, Abr./Jun., 1962, p. 68.
- VINCENT-RICARD, Françoise. *As espirais da moda*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Periódicos

- Revista de Educação*. Diretoria Geral da Instrução Pública, Departamento de Educação, Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, São Paulo, 1927-1961.
- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro/Brasília, 1944-.
- Revista do Professor*. Centro do Professorado Paulista, São Paulo, 1934-1965.
- Jornal Nosso Esforço*. Instituto de Educação Caetano de Campos, São Paulo, 1936-1967.